BOLETIM DE GEOGRAFIA
ISSN: 2176-4786 | DGE - EDUEM - UEM | http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/index
DOI: https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v41.a2023.e64113 | Submissão: 22-06-2022 | Aceite: 04-05-2023

Território nacional e infraestrutura de telecomunicações: a participação do Fundo Soberano de Riqueza de Singapura na expansão das redes de fibra ótica no Brasil

National territory and telecommunications infrastructure: the participation of the Singapore Sovereign Wealth Fund in the expansion of fiber optic networks in Brazil

Maria Carolina Graciano Sugahara
Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, Brasil
carolina.sugahara@unesp.br
https://orcid.org/0000-0001-5002-2425

Leandro Di Genova Barberio
Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, Brasil
leandro.g.barberio@unesp.br
https://orcid.org/0000-0001-5896-2315

Fabricio Gallo
Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, Brasil
fabricio.gallo@unesp.br
https://orcid.org/0000-0001-7674-918X

RESUMO

A partir da década de 1990, os países latino-americanos vêm recebendo inúmeros investimentos em tecnologias da informação, processo desencadeado pelo atual estágio do capitalismo financeiro. No Brasil, o uso e expansão dos cabeamentos de fibra ótica estão ligados ao período de inserção do país no contexto da globalização informacional. Os ativos estruturais e financeiros controlados pelos Fundos Soberanos de Riqueza e Fundos Privados, tais como o GIC, de Singapura, e o BTG Pactual, respectivamente, são agentes detentores da capacidade de produzir e organizar o território. Os investimentos financeiros nas redes técnicas de telecomunicação imprimem relações de poder que integram, articulam e drenam esse território em diferentes escalas de atuação. Este processo conduz ao debate da lógica de financeirização do território e dos diferentes agentes hegemônicos que estão a constituir as novas dinâmicas de produção das infraestruturas. Pensar a manutenção das desigualdades socioespaciais associada aos investimentos nas redes de infraestrutura de fibra ótica, e quais as implicações territoriais destes investimentos na condição do uso destes instrumentos de comunicação, traz à tona como os diferentes objetos geográficos subscritos no território acarretam na especialização seletiva de certas áreas. Diante disso, este artigo busca contribuir para o entendimento das desigualdades socioespaciais promovidas pelas novas instalações de infraestrutura de telecomunicação, uma vez que se relacionam com as lógicas de interesse de agentes do capital financeiro internacional.

Palavras-chave: Financeirização; Fundos Soberanos de Riqueza; Telecomunicações; Território nacional.

ABSTRACT

Since the 1990s, Latin American countries have been receiving numerous investments in information technologies, a process triggered by the current stage of financial capitalism. In Brazil, the use and expansion of fiber optic cabling are linked to the period of insertion of the country in the context of informational globalization. Structural and financial assets controlled by Sovereign Wealth Funds and Private Funds, such as Singapore's GIC and BTG Pactual, respectively, are agents with the ability to produce and organize the territory. Financial investments in technical telecommunication networks print power relations that integrate, articulate and drain this territory at different scales of action. This process leads to the debate of the logic of financialization of the territory and of the different hegemonic agents that are constituting the new dynamics of infrastructure production. Thinking about the maintenance of socio-spatial inequalities associated with investments in fiber optic infrastructure networks, and what are the territorial implications of these investments in

the condition of the use of these communication instruments, brings to light how the different geographical objects subscribed in the territory lead to the selective specialization of certain areas. In view of this, this article seeks to contribute to the understanding of the socio-spatial inequalities promoted by the new installations of telecommunication infrastructure, since they are related to the logics of interest of agents of international financial capital.

Keywords: Financialization; Sovereign Wealth Funds; Telecommunications; National territory.

1. INTRODUÇÃO

O atual estágio de desenvolvimento das tecnologias da informação permite o crescimento exponencial das transações financeiras realizadas por meios digitais. Essa condição está atrelada às novas formas de infraestruturas que grandes empresas transnacionais utilizam como meio em suas trocas informacionais. Os territórios tornam-se o destino e a construção de formas que servirão como estrutura para o uso de diferentes agentes. Desse modo, não há como explicar o território sem seu uso, deve-se compreender em seu processo de materialização como os objetos e ações estão interligados de forma solidária, caracterizando a formação dos diferentes lugares (SANTOS, 1994; SILVEIRA, 2011).

No período contemporâneo, a fibra ótica surge diante de um processo de melhoramento e aceleração nas relações de trocas informacionais. O contexto do meio tecnológico traz em sua essência o aprimoramento de diferentes técnicas que permitam que as comunicações realizadas em diferentes partes do globo terrestre tenham uma maior velocidade de trocas de dados. A estabilidade nas taxas de transmissão de dados torna-se uma segunda característica para opção de uso das redes de fibra ótica. A rapidez e garantia nas conexões formalizam o discurso de expansão de grandes redes de infraestrutura de fibra ótica por diferentes partes dos territórios.

Dessa maneira, as novas tecnologias da informação mobilizadas pelos territórios em um contexto de financeirização econômica, formam as bases capilares nas relações dos fluxos de informações e capitais da estruturação econômico-produtiva (CONTEL, 2006). Como aponta Silveira (2011):

> Nessa dinâmica, as grandes corporações, os grandes bancos, os fundos de investimento, os fundos de pensão e outros agentes poderosos, de posse dos mais modernos sistemas de circulação de bens, pessoas e ordens - e com força suficiente para mudar o rumo dos governos e a forma de pensar de várias camadas sociais -, fazem do planeta o seu território, sem ficarem presos às escalas nacional e local. Isso se faz com frequência e velocidade antes nunca vistas. Daí a metáfora da desterritorialização, que chama a atenção sobre essa aceleração com que os capitais hegemônicos usam os diversos territórios nacionais, impondo mecanismos de fluidez e lucrando com o fato de atravessar as fronteiras e com a escolha seletiva dos seus pontos de ação (SILVEIRA, 2011, n.p).

Analisar os processos de uso do território e a difusão seletiva do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002) sob os aspectos das novas condições de expansão do capital, significa compreender as condições infraestruturais das redes e seus aportes técnicos de condutividade da informação, uma vez que se interligam aos avanços científicos e aos agentes de controle produtivo das trocas informacionais (SANTOS, 2008).

No Brasil o uso e expansão dos cabeamentos de fibras óticas estão ligados ao período de inserção do país no contexto da globalização informacional. Costa e Gallo (2020) mostraram que o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), proposto inicialmente em 2010, buscava dotar o território de uma rede informacional mais difusa e eficiente, além de se tratar de uma política pública voltada para o adensamento das redes informacionais no território, refletindo as demandas dos grandes agentes hegemônicos ciosos de fluidez.

As redes de bandas largas caracterizam a expansão da internet de forma mais eficaz e o aprimoramento normativo nas relações estabelecidas entre os diferentes usuários dos meios de comunicação informática. A era da financeirização traz como marca o avanço do uso expansivo da tecnologia, uma vez que tal condição facilita nas relações de trocas comerciais e nos intercâmbios de diferentes parcelas do mercado financeiro. Assim, os territórios nacionais passam a ser instrumento de diferentes redes de tecnologias que atendam a demanda das trocas de dados de um mercado global. Refletindo sobre o caso nacional, Costa e Gallo (2020), ao analisar a história do Programa Nacional

de Banda Larga, apontam um desvio em relação às possibilidades ensejadas em seu momento inicial. Conforme a pesquisa mencionada, é possível dizer que o programa partiu de um diagnóstico correto, ensaiou uma maior participação ativa e direta do Estado no setor (Rede Nacional), mas não teve fôlego para executar plenamente as ações propostas, enveredando para políticas de desoneração fiscal (REPNBL) e o estabelecimento de Termos de Contrato com grandes prestadoras (Banda Larga Popular). Em outras palavras, houve um deslocamento do centro gravitacional do PNBL já que, se inicialmente a constituição da Rede Nacional por meio da Telebras era o cerne do Programa, essa estratégia passa a ser substituída por medidas que apostaram alto nas empresas privadas como protagonistas da expansão das redes (COSTA; GALLO, 2020).

Esta forte atuação das empresas privadas no processo de expansão das redes faz com que estas, que hoje são a base para as relações de troca de dados informacionais, surjam, também, como um meio de investimento para o mercado financeiro. Grupos privados de fundos de investimentos, Fundos Soberanos de Riqueza, entre outros agentes hegemônicos do mercado financeiro estão a investir em grandes redes de infraestruturas em diferentes territórios nacionais. No Brasil, a rede de cabeamento de fibra ótica está sob um processo de condução mercadológica de instalação. A atuação do Fundo Soberano de Riqueza de Singapura (GIG), associado ao banco digital BTG Pactual, destaca-se como um caso claro de investimento de capital ocioso na condição de construção de redes de infraestruturas de fibra ótica no território nacional. Essa discussão remete ao processo de globalização das finanças e as novas estratégias de investimentos que o setor financeiro passou a conduzir a partir da década de 1990 nos países latino-americanos.

Este processo conduz ao debate da lógica de financeirização do território e dos diferentes agentes hegemônicos que estão a constituir as novas dinâmicas de produção das infraestruturas. Diante dessa situação, pensar a manutenção das desigualdades socioespaciais associada aos investimentos nas redes de infraestrutura de fibra ótica, e quais as implicações territoriais destes investimentos na condição do uso destes instrumentos de comunicação, traz à tona como os diferentes objetos geográficos subscritos no território acarretam na especialização seletiva de certas áreas. Esse fenômeno se conecta à ideia de mercantilização das redes técnicas geográficas e sua abertura para o mercado financeiro, considerando que os grandes agentes do capital funcionalizam e integram suas lógicas de interesse na formação dos lugares de acordo com o lucro que potencialmente será obtido.

Para desenvolver a análise proposta neste artigo, optamos por adotar como tática metodológica a revisão bibliográfica sobre o tema, dando ênfase na produção acadêmica brasileira que pudesse retratar situações geográficas específicas semelhantes ao fenômeno que buscamos abordar. A análise documental é outra estratégia metodológica relevante de ser mencionada e neste artigo nos debruçamos na tarefa de interpretar relatórios anuais publicados pelo Fórum Internacional de Fundos Soberanos (International Forum of Sovereign Wealth Funds – IFSWF) e notícias divulgadas nas plataformas online do Fundo Soberano de Riqueza de Singapura (Government of Singapore Investment Corporation – GIC). Considerando a opção de investigar as relações do referido Fundo Soberano com o desenvolvimento de tecnologias de telecomunicação no Brasil, como compromisso analítico foi proposta a análise da empresa V.tal. Esta empresa, que foi fundada em 2021, surgiu associada ao capital financeiro da empresa Oi Telecomunicações, junto do banco BTG Pactual. Em maio de 2022 foi aprovada a venda de seu controle acionário (detido pela Oi), para a GlobeNet, empresa provedora de telecomunicações por atacado que pertence ao portfólio do BTG Pactual em parceria com o Fundo Soberano de Singapura.

2. FUNDOS SOBERANOS E ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO

O termo Fundo Soberano de Riqueza foi cunhado pela primeira vez por Andrew Rozanov em 2005, analista financeiro que observou o fenômeno recente de crescimento exponencial dos Bancos Centrais (BCs) asiáticos, onde estes estariam atuando para além das práticas tradicionais de garantia das moedas nacionais (TEIXEIRA, 2017, p. 52; tradução nossa). De acordo com Segado

(2008) um Fundo Soberano de Riqueza é um veículo de investimento governamental alimentado pelas reservas oficiais dos Bancos Centrais (BCs), contudo, sua gestão é independente dos recursos dos BCs e possuem um risco muito maior do que as reservas tradicionais. Atualmente, os Fundos Soberanos de Riqueza (FSR) dispõem-se de ativos provenientes de duas fontes principais: as exportações de commodities e o excesso de reservas cambiais, tendo como foco a diversificação das riquezas das nações e realocando os recursos em diversas classes de ativos, seja nas economias locais ou em outros países (BROWN, 2009).

Pela definição do Fórum Internacional de Fundos Soberanos (ISWF), os Fundos Soberanos de Riqueza são fundos de capital pertencentes ao Estado, sobretudo voltados a aplicações financeiras no exterior. Os recursos utilizados, nesse sentido, advêm de superávits comerciais, fiscais ou de reservas internacionais – podendo atender a diferentes propósitos de acordo com o interesse dos Estados. Dessa forma, os FSR possuem também um comportamento estratégico, podendo estar ligados a projeções de poder dos Estados e motivações geopolíticas.

Apesar das décadas anteriores apresentarem o surgimento e a criação de inúmeros fundos soberanos, o verdadeiro crescimento dos FSR data do início dos anos 2000, período em que ocorreu o aumento tanto do superávit da balança de pagamentos de diversos países como do preço das commodities, quando passaram a deter amplos investimentos de portfólio e no mercado de ações, além de private equities[1] e fundos hedge[2].

Em relação à estratégia adotada na alocação dos recursos, os FSR atuam em consonância com a visão da moderna Teoria do Portfólio originada da Teorias das Carteiras[3] de Harry Markowitz em 1952. O modelo de Markowitz é bastante utilizado na alocação de carteiras de investimento, e revolucionou a Teoria das Finanças ao dirigir a análise dos investimentos privados para o foco na análise da diversificação (BROWN, 2009; ALVES, 2015).

A alocação deve então realizar-se pela distribuição dos recursos de um investidor em classes de ativos. De fato, o FSR visa retornos maiores do que aqueles controlados pelo Banco Central, e por serem fundos públicos, tradicionalmente, suas estratégias são de "baixo risco" se comparadas aos investimentos privados.

Contudo, há de se salientar que a partir de 2018 os FSR começaram a adotar as estratégias de risco. Segundo Rinaldi (2010), apesar da maioria dos FSR não abrirem seu portfólio de investimentos ao público, é estimado que a maioria deles possuam ativos em renda fixa, como os títulos públicos. Dentre eles, ¾ dos FSR possuem participações acionárias nos public equities (mercados públicos), principalmente em países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Metade dos FSR também possuem "portfólios alternativos", de maior risco, nos private equities (mercados privados), no mercado imobiliário, nos fundos hedge e em commodities.

3. FUNDOS SOBERANOS DE RIQUEZA - INVESTIMENTOS E TECNOLOGIA

Nos últimos vinte anos, a mudança no foco de investimentos dos Fundos Soberanos acompanhou o movimento do cenário financeiro internacional. A recente revolução digital alterou as

[1] "Participação acionária privada (private equity): participação acionária em empresas privadas cujas ações não são negociadas em Bolsas de Valores" (RINALDI, 2010, p.194).

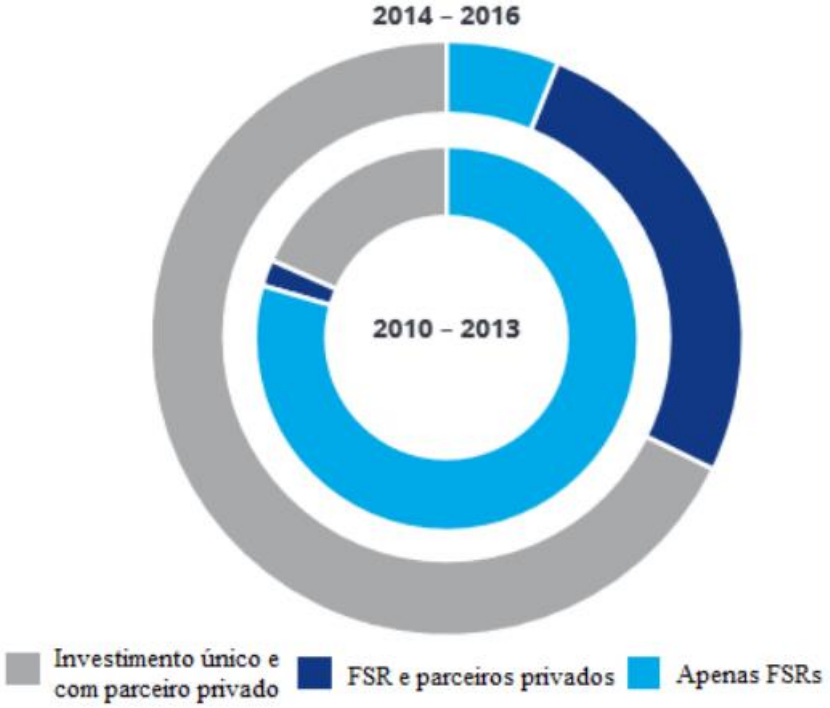
[2] Fundos hedge (hedge funds): fundo de investimento, normalmente organizado como uma sociedade privada e com frequência sediado em paraísos fiscais para obter vantagens tributárias e regulatórias. Esses fundos encontram poucas restrições à composição de seus portfólios e ao tipo de transação que executam. Consequentemente, são livres para usar uma variedade de técnicas de investimento – inclusive venda a descoberto, transações com derivativos e alavancagem – para tentar aumentar s retornos sobre os riscos" (RINALDI, 2010, p.194).

[3] Segundo Markowitz, é possível identificar conjuntos de carteiras com o maior retorno possível, segundo determinado risco, as quais ocupam uma posição geográfica no "espaço de risco". Ainda, apenas diversificar a aplicação não garante segurança no investimento, sendo necessário que se evite investir em ativos com alto grau de interdependência, e optar por carteiras que ocupem uma posição de eficiência no espaço de risco, denominado "fronteira eficiente" (ALVES, 2015).

formas do ser humano em controlar e executar suas tarefas cotidianas, e permitiu alguns avanços significativos na área da tecnologia e seus afins. Nesse movimento, os países emergentes são o novo foco de crescimento dos mercados, e os fluxos de capitais, nesse sentido, estão migrando para os mercados emergentes, que oferecem crescimento econômico ajustado aos riscos. Ademais, estes países estão reivindicando seu papel no cenário internacional como lideranças na produção de inovação e tecnologia. A China e os países asiáticos, por exemplo, investem mais em capital de tecnologia do que todos os países da Europa: a Huawei é a maior fornecedora na indústria de tecnologia; a Lenovo a maior produtora de laptops; a Samsung ultrapassou as vendas da Apple; e a China possui 5 das 10 maiores empresas de telefonia móvel do mundo (MASSI; SCORTECCI; SHAH; 2017).

A realocação de investimentos no período técnico-científico-informacional insere-se no ambiente digital-tecnológico e caminha rapidamente em direção a esses setores, consistindo em um movimento recente observado nos últimos anos, em especial 2016 (**Figura 1**). O catalisador da mudança deve-se ao choque do petróleo. Entre 2012 – o pico – até o final do ano de 2017, as *commodities* globais assistiram seus preços caírem cerca de 57%, dos quais a energia foi o setor mais atingido – queda de 70% –, já as commodities não energéticas sofreram diminuição de 29% (IFSWF, 2017).

Figura 1: Parceiros dos FSR (2013-2016)



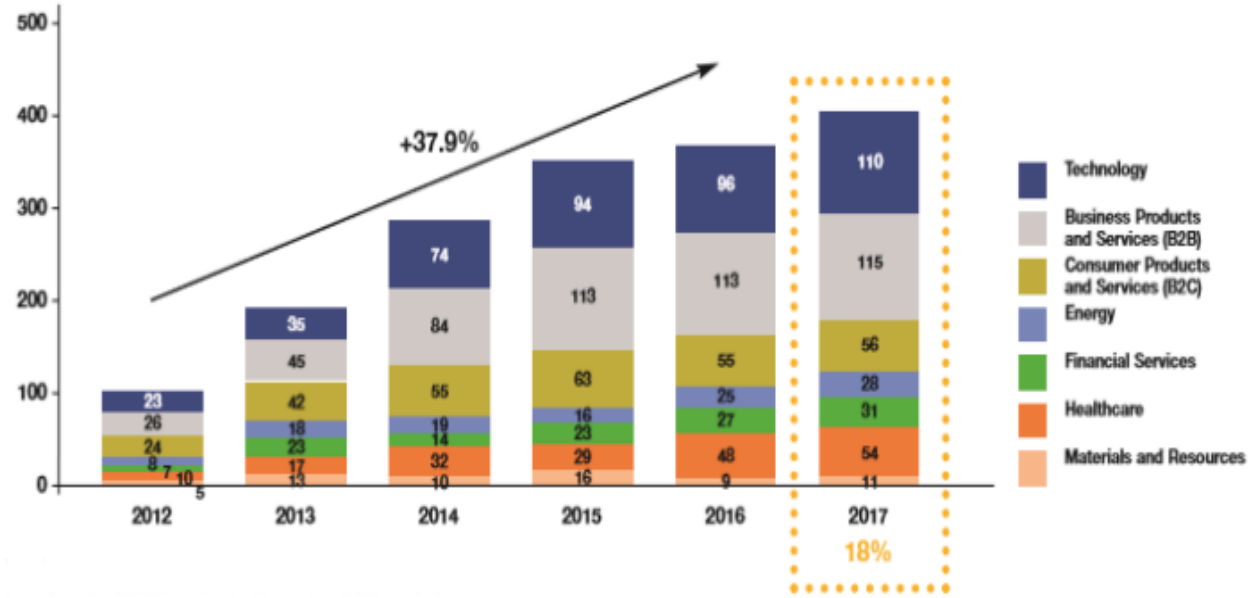
Fonte: IFSWF (2017).

Neste cenário, se desencadeou duas mudanças principais: a) Foco nos investimentos diretos; b) Investimentos em inovações disruptivas e tecnológicas. Em relação ao primeiro item, a estratégia adotada são os investimentos diretos, juntamente com os mercados privados ou gestores de capital de risco. Ao contrário de adentrarem apenas como investidores, os Fundos Soberanos passam a abrir escritórios para "agir de fato" no mundo das transações, consolidando o modelo de "parcerias soberanas-privadas".

Em sentido contrário, o mercado público assiste um declínio de liquidez, devido inúmeras causas: reformas nos EUA estimularam a recompra das suas ações através de empresas como Apple, Alphabet, Cisco, Microsoft e Oracle, que em 2018 gastou US$ 1 trilhão em recompras (IFSWF, 2018).

Em relação ao segundo item, observa-se que entre 2014-2016 houve o avanço em investimentos situados no estágio inicial de empresas de capital fechado e inovação disruptiva, no período, como já mencionado, as empresas de alta tecnologia representaram 17%-18% do total de investimentos e 13,3% do valor total dos investimentos dos FSR (**Figura 2**).

Figura 2: Evolução mundial dos investimentos em tecnologia 2012-2017 em US$



Fonte: Massi, Scortecci e Shah (2017)

O sinal da mudança deve-se a aquisição no valor de US$ 8 bilhões da Veritas Technologies pelo GIC (Singapura) e pelo Carlyle Group, e no investimento de US$ 3,5 bilhões da Arábia Saudita no aplicativo Uber (IFSWF, 2017).

A baixa taxa de juros do mundo ocidental estaria atraindo ativos privados nos investimentos de instrumentos públicos – como ações e renda fixa –, tais investidores (fundos privados de capital com capacidade de investimentos diretos) pretendem aumentar seu espaço de atuação no mercado de ativos privados de médio e longo prazo (MASSI; SCORTECCI; SHAH; 2017). Assim, os fundos soberanos ao atuarem com outros investidores começaram a adentrar o chamado "investimento temático", reprojetando a alocação de ativos e construindo "megatendências" como mudanças climáticas, demografia, urbanização, dentre outros. O foco passa a ser empresas e projetos "não cotados" associados em sua maioria a financiamentos de alto risco e com estágio inicial, seguindo a tendência do setor de Tecnologia da Informação (TI).

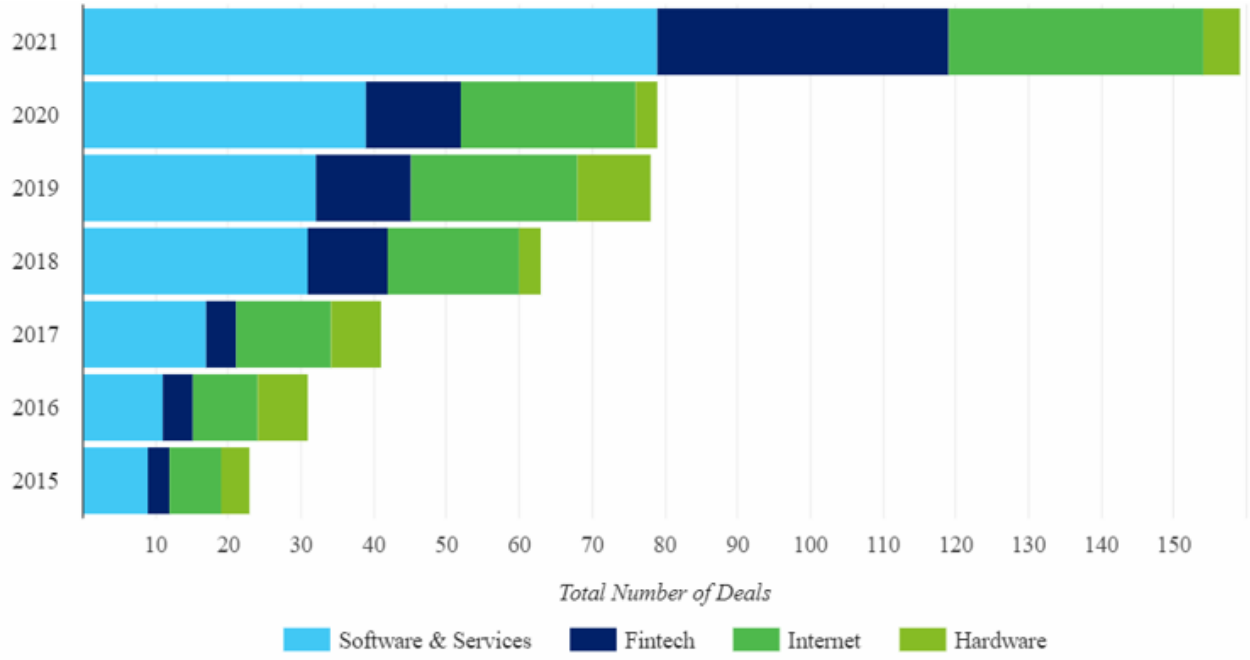
Algumas considerações preliminares podem ser realizadas, com base em Massi, Scortecci e Shah (2017): i) a quota de TDII dentro das ofertas nos últimos cinco anos aumentou 20%, chegando a 2017 em 30%, e o crescimento dos investimentos em TDII no mercado global cresceu 37,9% desde 2012, como podemos observar no gráfico 10; ii) a Ásia é o continente mais influente nas Inovações Disruptivas de Investimento (TDII) globais; iii) os Fundos Soberanos da Ásia-Pacífico e do Oriente Médio, estão dominando o portfólio de investimentos em tecnologia global como parte de suas estratégias de fortalecimento dos centros com tecnologia de ponta (Ásia), e para o desenvolvimento doméstico e diversificação macroeconômica (Oriente Médio).

Em 2021, os investimentos dos FSR aumentaram 60% em relação aos últimos cinco anos. Os investimentos em tecnologia e bens de consumo representaram 1/3 dos volumes dos investimentos.

As aplicações em TDII estão se tornando cada vez mais valorizadas, com uma ampla gama de aplicações em tecnologia para cada setor da indústria, de modo que as características intrínsecas

do setor de TDII são vistas como motores de alto retorno financeiro. Tal abordagem é chamada de "janela para o mundo" (Window-to-the-world), na qual a articulação da estratégia macroeconômica obedece a "tendência" mundial. Outra mudança observada é a substituição de ativos tradicionais como investimentos públicos de renda fixa, imóveis, infraestrutura, entre outros, para investimentos especializados em tecnologia global, digital e inovações disruptivas, através de instrumentos públicos (ações por exemplo) ou private equities (mercados privados) (**figura 3**).

Figura 3: Investimentos diretos dos FSR em subsetores de tecnologia (2015-2021)



Fonte: IFSW (2022).

Como pode ser visto, em 2021, as fintechs também atraíram o interesse dos FSR, com investidores indo além dos mercados habituais dos Estados Unidos, Europa e Ásia e US$ 2 bilhões em valor total globalmente (IFSW, 2022).

4. GIC PRIVATE LIMITED E INVESTIMENTOS NO BRASIL

O GIC Private Limited é um Fundo Soberano de Riqueza estabelecido em 1981 e sob propriedade integral do Governo de Singapura. Atualmente seus ativos são calculados em US$ 690 bi, possuindo 91 subsidiárias no mundo todo e um histórico de 3.010 transações financeiras desde a sua fundação (SWFI, 2022). Possui como objetivo os investimentos a longo prazo, no que tange as reservas sob sua administração. Sendo um dos principais investidores globais, sua estratégia mantém-se em estreitar laços com os demais países através de coinvestimentos ou promovendo a realização de Fóruns internacionais para debater o futuro do sistema financeiro mundial, como o GIC Insights em 2018 e o Fórum da Ponte de São Francisco em 2019, que comemorou as duas décadas de investimento na América Latina (GIC, 2019).

A análise do seu portfólio apresenta uma classe diversificada de ativos, no qual cada classe representa um nível diferente de risco-retorno. Sua carteira visa realizar de forma eficiente vários tipos de ativos em crescimento, como por exemplo, ações com retornos mais altos (alto risco) e ativos defensivos (títulos soberanos). A combinação de alto risco com o baixo risco (juros mais baixos) é um mecanismo de proteger o FSR das desacelerações do mercado, que como já mencionado, é marcado por incertezas (GIC, 2019). O **quadro 1** abaixo apresenta a distribuição do seu mix de ativos entre 31 de março de 2020 a 31 de março de 2021.

Quadro 1: Mix de ativos do GIC (%) em 2020 e 2021

TIPOS DE ATIVOS	31 de março de 2021 (%)	31 de março de 2020 (%)
Ações de mercado desenvolvidas	15	15
Ações de mercados emergentes	17	15
Títulos nominais e dinheiro	39	44
Títulos vinculados à inflação	6	6
Imobiliária	8	7
Private Equity	15	13
Total	100	100

Fonte: Elaboração própria com base em GIC (2020/21).

Cada classe de ativos é calculada para gerar retornos acima do seu custo capital, ademais, a alocação do GIC orienta-se pelo Portfólio de Referência 65/35, para equilibrar o risco-retorno da Carteira, que obedece a configuração 65% de alocações em ações e 35% em títulos. Se por um lado sua Carteira é formatada a fim de equilibrar o risco e os retornos dos ativos a longo prazo, a distribuição geográfica de destinação dos investimentos é fluída, pois é mensurada com base na capacidade atual do mercado. Temos que no período descrito, obedeceu ao seguinte critério: Estados Unidos (32%); Zona do Euro (12%); Oriente médio, África e resto da Europa (7%); Reino Unido (6%); Ásia sem o Japão (20%); América Latina (3%); Japão (12%); e resto do mundo 8% (GIC, 2019).

Lim Chow Kiat, presidente do GIC, anunciou suas preocupações com a incerteza dos investimentos internacionais. Segundo eles, os "investidores estão migrando para ativos mais arriscados porque, com cerca de US$ 17 trilhões em títulos com rendimentos negativos podem acabar perdendo dinheiro de outra maneira" (MONEYTIMES, 2019). Além disso, o presidente sugere que uma saída para a turbulência global seria a ampliação das reservas em dinheiro.

No relatório bianual do GIC 2020/21, a pandemia de COVID-19 acentuou três tendências de longo prazo, sendo elas: 1) o reconhecimento global de que as empresas internacionais necessitam de um redirecionamento para práticas mais sustentáveis, uma vez que os princípios de sustentabilidade podem afetar o valor dos ativos e a capitalização dos investimentos a longo prazo; 2) a COVID-19 acelerou a digitalização e os investimentos em tecnologia disruptiva, já que diversas atividades se viram forçadas a se tornarem virtuais, o que impulsionou o desenvolvimento das telecomunicações, da telemedicina, do teletrabalho, do sistema de pagamentos, etc.; 3) o aprofundamento das tensões geopolíticas e da rivalidade entre grandes potências, como a guerra comercial entre China e Estados Unidos, que poderiam impedir a troca de bens e serviços ao redor do mundo e a construção de uma maior resiliência pandêmica.

Com relação ao segundo item, o GIC – bem como outros FSR – permanecem ampliando seu portfólio de investimentos em tecnologia:

> A intensificação da digitalização permitiu que as empresas escalassem rapidamente e gerassem novos negócios, conforme discutido em nossos relatórios anteriores. As novas tecnologias provavelmente vão atrapalhar os modelos de negócios existentes em muitos setores, incluindo finanças, saúde, automotiva, energia e infraestrutura. Os investidores têm muito com o que lidar (GIC, 2020/21, p.23, *tradução nossa*).

Possuindo participação nos maiores centros financeiros do mundo - além da sua sede em Singapura, o GIC realizou a abertura de um escritório em São Paulo, no ano de 2014, com o objetivo de focar em oportunidades de investimentos na América Latina. O escritório brasileiro é dirigido pelo Dr. Wolfgang Schwerdtle, responsável por construir e fortalecer a rede de relacionamentos comerciais na região.

> A abertura do escritório do GIC em São Paulo reflete seu compromisso com a América Latina. Como investidores de longo prazo, o GIC está buscando ativamente oportunidades em áreas como imóveis, saúde, serviços financeiros e de negócios, recursos naturais e infraestrutura. O GIC está interessado em fazer parcerias e investir em negócios com amplos crescimentos a longo prazo (GIC, 2014, *tradução nossa*).

O diretor de investimentos do GIC Group, Lim Chow Kiat, acrescentou:

> Nossa presença no Brasil permitirá que nossos parceiros se engajem antecipadamente e interajam de perto com a equipe do GIC, o que é muito benéfico para investimentos complexos e vultosos. Acreditamos que nossos parceiros ganharão com o acesso à rede global de contatos comerciais e insights de mercado da GIC. Embora os mercados emergentes permaneçam voláteis, estamos confiantes na história de crescimento de longo prazo da América Latina (GIC, 2014, *tradução nossa*).

Deste modo, os investimentos do GIC no Brasil possuem como principal objetivo a criação de um amplo portfólio composto por várias classes de ativos que permitam melhores retornos a longo prazo. O Fundo Soberano de Singapura investe no país há mais de 20 anos, e desde a abertura da sua sede no Brasil, o GIC realizou amplos investimentos e obteve participação em diversas empresas brasileiras.

Em 2014, por exemplo, o GIC – por meio de uma de suas filiais – obteve a aquisição do edifício Eco Sapucaí, projetado por Oscar Niemeyer, no centro do Rio de Janeiro. Sendo o primeiro investimento integral do GIC na América Latina, o desenvolvimento do projeto foi dirigido pela Hemisfério Sul Investimentos (HSI), sendo previsto que o edifício de escritórios possuísse a maior qualidade de integração do mercado carioca, com LEED GOLD, um programa de certificação de construção verde.

Por outro lado, a Netshoes, considerada em 2013 como a maior e-commerce de artigos esportivos do mundo, anunciou – também em 2014 – uma rodada de investimentos de US$ 170 milhões liderada pelo GIC, contando com a participação de um grupo de fundadores da Tiger Global Management, Temasek Holdings, Iconiq Capital e Kaszek Ventures. À época dos investimentos, Márcio Kumruian, fundador da Netshoes, anunciou que a nova rodada de investimentos de capital fortaleceria a estrutura de capital da empresa para manter o foco na experiência do consumidor, inovação e crescimento.

O GIC também obteve assento no conselho, que é formado pelos principais executivos da empresa, membros de fundos de investimento e conselheiros independentes como Paul Tagliabue (ex-chefe da *NFL*), Cássio Casseb (ex-presidente do Banco do Brasil), e Nilesh Lakhani *(*ex-CFO da Yandex).

No mesmo período, o GIC adquiriu uma participação de 18,5% na empresa Abril Educação, listada na Bolsa de Valores da Bovespa. O GIC, em declaração, defende que o interesse adveio do portfólio de serviços e produtos diversificados da Abril - como livros didáticos, sistemas de ensino, idiomas, etc. – bem como da crença do futuro da educação básica brasileira (GIC, 2014).

Já em 2015, o Fundo Soberano de Singapura adquiriu uma participação de 35% de um shopping do Rio de Janeiro - o Via Parque Shopping - por US$ 41,89 milhões, da Aliance Shopping

Centers S.A, administradora do segundo maior número de shoppings do Brasil. De acordo com o GIC (2015), a aquisição revelaria a confiança de um crescimento a longo prazo no setor varejista brasileiro.

Segundo o GIC (2019), com relação aos investimentos orquestrados em território brasileiro:

> [...] ainda há tarefas importantes a serem concluídas, como reformas da previdência social, privatização e simplificação tributária. Se bem feito, o Brasil pode inaugurar um período de baixas taxas de inflação e baixas taxas de juros nominais e reais, o que ajudará a projetar o crescimento e o desempenho superior das empresas brasileiras [...] a longa história de altas taxas de juros reais no Brasil incutiu em muitos empresários brasileiros a disciplina no uso do capital. Em algumas economias onde há poupança abundante, há pouco custo nos empréstimos, de modo que os empreendedores nessas economias às vezes fazem mau uso dos recursos. Mas no Brasil, sem esse luxo, é mais provável que o capital seja melhor utilizado. Se as taxas de juros realmente puderem ser reduzidas, haverá muitas vantagens para o crescimento das empresas (GIC, 2019).

Demonstrando sua intenção de ampliação com os processos de financeirização associados aos mercados ditos emergentes, no ano de 2019, o escritório do GIC em São Paulo completou 5 anos desde sua instalação. Em nota, o GIC comemorou sua participação nestes mercados, defendendo que estes oferecem retornos reais a longo prazo, já que o fundo possui uma exposição significativa a estes mercados – 20% do seu portfólio total –, mais do que a maioria dos investidores globais.

5. PROCESSOS DE FINANCEIRIZAÇÃO, USO DO TERRITÓRIO E TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL

Para tratar desses assuntos, cabe apontar que a partir dos anos 1990, passa a se difundir a influência dos ativos financeiros na economia moderna. Desde o início da década de 1980, se testemunha inúmeras mutações na composição da riqueza mundial, introduzidas pela participação cada vez maior de haveres financeiros no patrimônio público ou privado. A acumulação crescente desses ativos ganhou, na maioria dos casos, status permanente na gestão da riqueza capitalista, quando a idade de ouro do capitalismo nos moldes do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) foi substituída pelo paradigma do mercado. Essa economia "domesticada" pelas regras acordadas na Conferência de Bretton Woods não era mais capaz de dirigir a economia, surgindo, no plano ideológico, os teóricos que dariam legitimidade científica ao novo liberalismo nascente (BRESSER-PEREIRA, 2010; CHESNAIS, 2005; COUTINHO E BELLUZZO, 1996; RINALDI, 2010).

Sendo assim, o avanço do processo de abertura econômica dos Estados nacionais ao chamado processo de financeirização, bem como para as novas condições estabelecidas nas estruturações dos padrões normativos de pautas neoliberais na gestão econômica, conduziu ao formato de atuação do planejamento econômico estatal (HARVEY, 2008). A formalização dos processos acumulativos do capital ao longo dos anos após a Segunda Guerra Mundial acarretou um processo de formação de bolhas especulativas do capital nas economias dos países desenvolvidos, que se viram obrigados a mudar seu padrão de administração e condução dos modelos econômicos orientados pelo Estado. A nova formulação do padrão econômico estabelecido a partir dos modelos de concretização econômica neoliberal, produziu diferentes dimensões de atuação nas consolidações do setor financeiro na economia mundial. Estas formalizações introduziram novas normativas na construção da relação entre o capital, o trabalho e suas metas de acumulação (CHESNAIS, 2000).

Chesnais (2016) defende que o novo regime mundial de acumulação representou uma nova fase do processo de internacionalização, chamado pelo autor de "mundialização do capital". No sentido mais amplo, a noção de internacionalização se refere "ao conjunto dos processos que tecem relações de interdependência entre economias nacionais [...]" (CHESNAIS, 2016, p. 4) o que pode incluir fluxos de informações e de tecnologias, entradas e saídas de investimento direto estrangeiro,

importações de bens e serviços, movimentos de mão de obra, etc. Essas novas formas de centralização do capital engendram, assim, uma marca predominantemente rentista na economia mundial.

Dentro dessa perspectiva, o próprio movimento do capital se transformou, o qual não mais residia na esfera produtiva e material, mas em movimentos especulativos (HARVEY, 2003, p. 64). Alguns autores dão nome a esse processo como globalização financeira (CARNEIRO, 1999; EICHENGREEN, 1996; KREGEL, 1996; STRANGE, 1989) – apesar do termo ainda não possuir um limite acadêmico consensual, por conta de sua posição ideológica – mundialização financeira (CHESNAIS, 2005, 2001, 2017), financeirização (BELLUZZO, 2013; BRAGA, 2016) ou mesmo tirania financeira (FITOUSSI, 1997). No entanto, independente do termo utilizado para explicar as transformações ocorridas no cenário macroeconômico internacional, pode-se argumentar que:

> A financeirização lançava sua rede por todo mundo, concentrando-se num conjunto hierarquicamente organizado de centros financeiros e numa elite transnacional de banqueiros e financistas, associado à emergência de corporações capitalistas transnacionais [...] (HARVEY, 2003, p. 59-62).

Ligados a estes processos da financeirização contemporânea, os princípios de uma mundialização tecnológica e das telecomunicações demonstram como os avanços dos meios digitais estão conduzindo novas formas de construção do espaço e a organização das redes geográficas em novos conjunto de fixos e fluxos e sistemas de objetos e sistemas de ações – produto das solidariedades orgânicas e organizacionais (SANTOS, 2002). Assim, a atuação dos agentes hegemônicos e o desenvolvimento das técnicas no território nacional inserem-se nas formas como os territórios passam a ser usados e planejados pelos agentes do capital financeiro do período atual pois, conforme colocado por Santos (1997), no período atual as fronteiras tornam-se mais porosas e permissivas em relação aos fluxos de dinheiro e informação.

A modernização nos processos de produção científica e tecnológica configura uma nova base de estruturação e difusão acelerada dos fluxos de capital pelo mundo. A expansão seletiva do meio técnico-científico-informacional promove uma (re)funcionalização nas capilaridades de escoamento do capital associado aos interesses e intencionalidades de produção de novas configurações territoriais (SANTOS, 2002). As novas tecnologias favorecem as relações de trocas informacionais, colaborando para a informação se tornar uma variável-chave nos padrões de controle sobre as localidades de investimento. A globalização e sua perversidade de construção de universalização da técnica, no contexto do período técnico-científico-informacional, tornam-se a base para a estruturação financeira no padrão de extração de uma mais-universal (SANTOS, 2009).

A intensidade dos fluxos de capital nos meios tecnológicos é acelerada pelos novos impulsos que as relações sociais produtivas adquirem, tornando-se a variável chave na construção das novas lógicas territoriais. Arroyo (2006) destaca que

> A vocação (intrínseca e permanente) do capitalismo por mundializar as relações econômicas, apresenta-se em forma crescentemente exacerbada no período histórico atual, tanto na extensão como na velocidade que o movimento adota. Fluxos de capital atravessam as fronteiras nacionais e desenham circuitos que incluem um número cada vez maior de agentes e de países, contribuindo com o alargamento dos contextos da globalização (ARROYO, 2006, p. 2).

A globalização e o meio técnico-científico-informacional interligam-se diante do fenômeno do processamento de dados e a troca de informação acelerada da contemporaneidade, fator que remete a construção de estruturas territoriais pautadas em avanços tecnológicos. As telecomunicações e as relações de trocas de informações no atual período da história caracterizam o avanço expansivo das redes técnicas informacionais, configurando novas estruturas de engenharias no processo de conectividade entre os diferentes pontos territoriais.

A formação dessa malha comunicativa em destaque no atual contexto político-econômico, caracteriza-se pelo processo de atuação que diferentes empresas do capital financeirizado estão a executar nos investimentos construtivos das estruturas de rede de cabeamento para estes fluxos informáticos. Dessa forma, nota-se que o destaque realizado na pesquisa traz à tona como o Fundo Soberano de Riqueza de Singapura, o GIG, está a investir neste tipo de empreendimento, juntamente com o banco digital de investimentos brasileiro BTG-Pactual que tem larga associação com outras fintechs.

No que tange à constituição de redes e sua relação com o processo de uso do território, Santos (2002) destaca que as estas podem ser analisadas diante de um enfoque social e outro material, sendo duas matrizes teóricas analíticas de compreensão da sua funcionalidade. As perspectivas explicitadas pelo autor apresentam como as marcas estruturais e temporais são aspectos ligados às morfologias técnicas propostas na evolução de um determinado lugar. As formas e suas instalações, em determinadas localidades, estão dentro de um jogo regional produzido pelo capital e seus agentes hegemônicos, que escolhem as áreas nas quais executaram seu modelo de implantação tecnológica comunicativa, conduzindo a um processo de circulação essencial a acumulação, resultado da grande revolução da informação que conecta os lugares instantaneamente (SANTOS, 1994).

A totalidade da produção espacial diante de um contexto de mundialização das formas de produção e ampliação da expansividade do capital ocioso, está imbricada nas lógicas de estruturação dos territórios nacionais que servem para o aporte desses investimentos extrativos de lucros. As redes técnicas de telecomunicações estão inseridas nesse contexto como fenômeno da transmissividade da informação, uma vez que os detentores desta funcionalidade tecnológica concentram a forma com que será conduzida a informação sobre as malhas comunicativas territoriais. Dessa forma, surgem nos territórios exemplos de verticalidades nas transmissões de informações, na qual se destaca uma temporalidade rápida no processo das relações comunicativas mercantis, em que as empresas de capital hegemônico passam a determinar a lógica de uso destas infraestruturas (COSTA; UEDA, 2007).

A desigualdade dos suportes de redes técnicas utilizados para fluxo informacional que percorre o território nacional, é caracterizada pela a atuação das grandes empresas que atuam no papel de regulação e funcionamento nos meios das estruturas de trocas informacionais, uma vez que disputam o processo normativo das políticas públicas de implantação dos pontos que servem como bases comunicacionais. O uso corporativo destas ferramentas da informação demonstra como os aspectos das privatizações deste setor no Brasil implicam na heterogeneização distributiva das malhas de cabos de fibra ótica pelo território. A fibra ótica surge como um novo elemento de transmissão de informações, aumentando a frequência dos fluxos informacionais e melhorando a qualidade das linhas de transmissão, dessa forma acentuando as acelerações de troca de dados utilizados pelo mercado capitalista.

O movimento de desenvolvimento das redes técnicas de comunicação está no cerne do debate sobre a integração da sociedade e seus modos de produção. As telecomunicações no Brasil passam por um processo de privatização na década de 1990, na qual o Estado direciona suas políticas de construção de infraestruturas públicas para empresas privadas, diante de um discurso de modernização do território. Tal fato constituiu uma nova fase de fragmentação territorial e de processos de uso corporativo por parte de grandes empresas privadas (TOZI, 2005).

Esse fenômeno está elencado na situação problematizada por este artigo, uma vez que a empresa V.tal, que fornece infraestrutura digital para operadoras de telecomunicações e provedores de internet, realiza a expansão da concessão de fibra ótica no território brasileiro. Esta empresa inicialmente pertencia a outra empresa, à Oi – concessionária de serviços de telecomunicações do Brasil e de cabeamento de fibra ótica, listada em Bolsas de Valores (B3: OIBR3, OIBR4; NYSE: OIBR.C) e anteriormente conhecida como Telemar. A V.tal se destaca por trabalhar com o chamado modo neutro de uso das infraestruturas de cabeamento, que compartilha com outras operadoras as suas redes de telecomunicações e por lançar as soluções de FTTCity (fibra até as cidades) e

FTTTower (fibra até as torres celulares), além das opções de infraestrutura FTTP, FTTH, e FTT ISP, todas para viabilizar a conectividade do 5G.

A empresa V.tal, fundada em 2021, nasceu associada ao capital financeiro da empresa Oi Telecomunicações, junto de bancos digitais (BTG Pactual - que gerencia fundos de investimentos que possuem direitos de ativos da empresa). Sua lógica de funcionamento esquadra-se diante de uma funcionalidade do capital, uma vez que sua estrutura de atuação está associada com fundos de investimentos e, também, a Fundos Soberanos de Riqueza. A título de informação, em 05 de maio de 2022, o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou a venda do controle da empresa de fibra ótica V.tal, detido pela Oi (ou 57,9% da empresa), para a GlobeNet, empresa provedora de telecomunicações por atacado e pertencente ao portfólio do BTG Pactual em parceria com o fundo soberano GIC/GSI, de Singapura (o GIC Private Limited era conhecido como Government of Singapore Investment Corporation). Conforme Santana (2021), "o fundo de Cingapura [sic] ganha um assento no conselho de administração da V.tal, compondo as seis vagas às quais os controladores têm direito. A Oi detém as outras quatro cadeiras, completando os dez membros do colegiado". Para Bitencourt (2022, n.p) a "GlobeNet assume o controle da infraestrutura de rede de fibra ótica para fortalecer sua atuação comercial no mercado de atacado". Ao assumir um assento no Conselho de Administração da V.tal e, juntamente com o BTG-Pactual, passa a compor a maioria do colegiado, o Fundo Soberano de Singapura passa também a opinar sobre a política da empresa no processo de expansão de um ramo estratégico para o desenvolvimentos tecnológico do país, ou seja, no processo seletivo de expansão de redes de fibras óticas pelo território brasileiro para viabilizar a futura utilização da tecnologia 5G[4].

6. CONCLUSÃO

Entendendo que o Estado e os ativos estruturais e financeiros controlados por Fundos Soberanos de Riqueza são agentes detentores da capacidade de produzir e organizar o território, compreende-se que os investimentos financeiros nas redes técnicas de telecomunicação, em sua realidade material e abstrata, imprimem relações de poder que integram e articulam esse território em diferentes escalas de atuação. Se Costa e Ueda (2007, p. 135) mencionavam que se uma rede pode ser considerada um artefato técnico implantado em determinado espaço com a função de exercer um poder de conexão de pontos e passagem de fluxos, podemos sugerir que sempre se faz necessária a reflexão sobre seu potencial de produzir o espaço físico que ancora a passagem destes fluxos, bem como dos agentes envolvidos nesse processo e as desigualdades socioespaciais que são produzidas com estes eventos.

Deste modo, se existe uma tensão crescente entre a lógica de descompartimentação dos mercados e a estrutura estatal que garante essa configuração, os Fundos Soberanos de Riqueza (FSR) se encontram inscritos nesse novo processo de valorização da técnica capitaneado pela finança e valorização rentista do capital, projetando investimentos futuros em empresas do ramo de infraestruturas tecnológicas, a partir da ampliação de situações de fácil extração de rentismo ligados aos usos que executam no território. Na leitura de Magalhães (2011), estes fatores correspondem à acumulação de recursos para uso futuro, além de evitar a valorização excessiva da taxa de câmbio e disponibilizar um instrumento para a atuação anticíclica do governo.

Este trabalho buscou apresentar como o processo de inserção de grandes agentes hegemônicos na concessão do serviço público no setor de telecomunicações está ligado às ações financeiras do capital acumulado em busca de lugares ociosos para investimentos. Tal fato demonstra como o espaço geográfico passa a ser incorporado a uma lógica de mercantilização financeira neste período contemporâneo. O destino e a construção de formas associadas ao processo de materialização

[4] Maiores detalhes sobre os produtos e serviços prestados pela empresa podem ser obtidos em: https://www.vtal.com.br/produtos/. Acessado em 10 de junho de 2022.

como os objetos e ações estão interligados a uma base solidária de atuação de grandes operadores do capital, que por sua vez constituem parcelas específicas realizadoras do uso do território, caracterizando a formação dos diferentes lugares de acordo com sua intencionalidade lucrativa.

AGRADECIMENTOS

Partes desta pesquisa contaram com apoio financeiro do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (modalidades: Bolsa de Mestrado e Bolsa de Produtividade em Pesquisa) e FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (modalidades: Bolsa de Mestrado e Auxílio Regular à Pesquisa).

REFERÊNCIAS

ALVES, L. H. L. **Teoria moderna de portfólio aplicada ao mercado brasileiro**: Markowitz vs Diversificação ingênua. São Paulo: Insper, 2015.

ARROYO, M. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. *In:* LEMOS, A. I. G. de; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (Org.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: Ed. Clacso, 2006, p.177-190.

BELLUZZO, L. G. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BITENCOURT, R. Anatel aprova venda da V.tal, controlada pela Oi, para fundo do BTG Pactual. **Jornal Valor Econômico**. São Paulo, 05 maio 2022. Disponível em: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2022/05/05/anatel-aprova-venda-da-vtal-controlada-pela-oi-para-fundo-do-btg-pactual.ghtml. Acesso em: 08 maio. 2023.

BRAGA, J. C. de S. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 25–57, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643298. Acesso em: 8 maio. 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 51-72, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/P9NqzwcNS6SjHcfnrStskFt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 08 maio. 2023.

BROWN, J. The Political and Economic Implications of Sovereign Wealth Fund Investment Decisions. **Chazen Society Fellow Interest Paper**. Columbia, p. 1-8, 2009. Disponível em: https://www0.gsb.columbia.edu/mygsb/faculty/research/pubfiles/3226/The%20Political%20and%20Economic%20Implications%20of%20Sovereign%20Wealth%20Fund%20Investment%20Decisions.pdf. Acesso em: 08 maio 2023

CARNEIRO, R. Globalização financeira e inserção periférica. **Economia e Sociedade,** Campinas, SP, n. 13, p. 57-92, 1999. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/494/03-Carneiro.pdf. Acesso em: 8 maio. 2023.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 4, n. 2, p. 1-30, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643195. Acesso em: 8 maio. 2023.

CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, F. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. **Redes**, Santa Cruz do Sul, SC, v. 3, n. 1, p. 185-212, 2017. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/10660. Acesso em: 8 maio. 2023.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, n. 5, p. 7-28, 2001. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/mundializacao-o-capital-financeiro-no-comando/. Acesso em: 8 maio. 2023.

CONTEL, F. B. **Território e finanças**: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. 2006. 323 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01062007-135730/publico/TESE_FABIO_BETIOLI_CONTEL.pdf. Acesso em: 08 maio. 2023.

COSTA, B. M. R.; GALLO, F. 2020. Inflexão do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) e aprofundamento das desigualdades socioespaciais no Brasil. **Formação (Online)**, v. 27, n. 51, 2020. DOI: 10.33081/formacao.v27i51.6882. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/6882. Acesso em: 8 maio. 2023.

COSTA, J. M.; UEDA, V. Redes técnicas e território: notas sobre a reticulação espacial. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, RS, v. 32, n. 1, p. 131-145, 2007. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/37452/24202. Acesso em: 8 maio. 2023.

COUTINHO, L.; BELLUZZO, L. G. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. Campinas: **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, n. 7, p. 129-154, 1996. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/452/05-UCBEL.pdf. Acesso em: 8 maio. 2023.

EICHENGREEN, B. **A globalização do capital**: história do sistema monetário internacional. São Paulo: Ed. 34, 1996.

FITOUSSI, J. P. **O debate-tabu**: moeda, Europa, pobreza. Lisboa: Terramar, 1997.

GIC, Private Limited. **GIC acquires 18.5% stake in Abril Educacao**. 2014. Disponível em: https://www.gic.com.sg/newsroom/news/gic-acquires-18-5-stake-in-abril-educacao/. Acesso em: 08 maio. 2023.

GIC, Private Limited. **GIC buys HSI's Eco Sapucai**. 2014. Disponível em: https://www.gic.com.sg/newsroom/news/gic-buys-hsis-eco-sapucai/. Acesso em: 08 maio. 2023.

GIC, Private Limited. **GIC Opens New Office in Brazil**. 2014. Disponível em: https://www.gic.com.sg/newsroom/news/gic-opens-new-office-in-brazil/. Acesso em: 08 maio. 2023.

GIC, Private Limited. **Netshoes receives new round of capital investment led by GIC.** 2014. Disponível em: https://www.gic.com.sg/newsroom/news/netshoes-receives-new-round-of-capital-investment-led-by-gic/. Acesso em: 08 maio. 2023.

GIC, Private Limited. **GIC to acquire 35% of Via Parque Shopping for US$41.89 million.** 2015. Disponível em: https://www.gic.com.sg/newsroom/news/gic-to-acquire-35-of-via-parque-shopping-for-us41-89-million/. Acesso em: 08 maio. 2023.

GIC, Private Limited. **Edited Keynote by Mr Lim Chow Kiat, CEO of GIC, to commemorate five years in São Paulo**. 2019. Disponível em: https://www.gic.com.sg/newsroom/speeches/edited-keynote-by-mr-lim-chow-kiat-ceo-of-gic-to-commemorate-five-years-in-sao-paulo/. Acesso em: 08 maio. 2023.

GIC, Private Limited. **Report Highlights.** Report on the management of Government's Portfolio 2020/21. 2021. Disponível em: https://report.gic.com.sg/downloads.html. Acesso em: 08 maio. 2023.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HARVEY, D. **O neoliberalismo história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2008.

IFSWF, International Forum of Sovereign Wealth Funds. **Dealing with Disruption**: IFSWF Annual Review 2017. 2017. Disponível em: https://www.ifswf.org/publication/dealing-disruption-ifswf-annual-review-2017. Acesso em: 08 maio. 2023.

IFSWF, International Forum of Sovereign Wealth Funds. **Private Markets Direct Investments Bounce Back**. 2018. Disponível em: https://archive.ifswfreview.org/2018/data-themes/private-markets-direct-investments-bounce-back. Acesso em: 08 maio. 2023.

IFSWF, International Forum of Sovereign Wealth Funds. **A Record-breaking Year for Investment**. 2021. Disponível em: https://ifswfreview.org/record-breaking-investments.html. Acesso em: 08 maio. 2023.

KREGEL, J. A. Riscos e implicações da globalização financeira para a autonomia de políticas nacionais. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, n. 7, p. 29-46, 1996. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/449/02-KREGEL.pdf. Acesso em: 8 maio. 2023.

MAGALHÃES, A. S. Determinantes dos fundos soberanos de investimento e o caso brasileiro. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p. 111-139, 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6240/1/RTM_v3_n2_Determinantes.pdf. Acesso em: 8 maio. 2023.

MASSI, M.; SCORTECCI, A.; SHAH, P. **OPERATIONS Sovereign Wealth's Hunt for the Next Unicorn**. 2017. Disponível em: https://www.bcg.com/publications/2017/principal-investors-private-equity-technology-digital-sovereign-wealth-hunt-next-unicorn. Acesso em: 08 maio. 2023.

MONEYTIMES. **Fundo Soberano de Singapura faz alerta sobre economia global**. 2019. Disponível em: https://moneytimes.com.br/fundo-soberano-de-Singapura-faz-alerta-sobre-economia-global/. Acesso em: 08 maio 2023.

RINALDI, P. N. **Estados e Fundos Soberanos de Riqueza**: instrumentos de retrocesso ou avanço da globalização financeira? 2010, 266 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/776603. Acesso em: 08 maio. 2023.

SANTANA, I. GIC, de Cingapura, vai investir R$ 2,2 bi para ser sócio de BTG e Oi. **Jornal Valor Econômico**. São Paulo, 14 setembro 2021. Disponível em: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/09/14/gic-de-cingapura-vai-investir-r-22-bi-para-ser-socio-de-btg-e-oi.ghtml. Acesso em: 08 maio. 2023.

SANTOS, M. Da política dos Estados à política das empresas. **Cadernos da Escola do Legislativo**. Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 3-191, jul./dez. 1997. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/983/3/000983.pdf. Acesso em: 08 maio. 2023.

SANTOS, M. **O retorno do território**. *In* SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 15-21.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização -** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SEGADO, P. G. Sovereign wealth funds: la riqueza que viene. **Boletín económico de ICE**. n. 2934, p. 11-22, mar. 2008, Disponível em: http://www.revistasice.com/index.php/BICE/article/view/4465/4465. Acesso em: 08 maio. 2023.

SILVEIRA, M. L. **O território em pedaços**. Comciência, Campinas, n. 133, nov. 2011. Disponível em: https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=72&id=902&print=true. Acesso em: 08 maio. 2023.

SILVEIRA, M. L. Ao território usado a palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial. *In:* VIANA, A. L. D'A.; IBAÑEZ, N.; ELIAS, P. E. M. (org.). **Saúde, Desenvolvimento e Território**. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 127-150.

STRANGE, S. **Toward a Theory of Transnational Empire**. Rosenau and Czempiel: Global Changes and Theoretical Challenges. Massachusetts: Lexington Books, 1989.

SWFI, Sovereign Wealth Fund Institute. **GIC: Sovereign Wealth Fund in Singapore, Asia**. Disponível em: https://www.swfinstitute.org/profile/598cdaa50124e9fd2d05b242. Acesso em: 08 maio. 2023.

TEIXEIRA, F. A. **Fundos Soberanos De Riqueza**: capacidades estatais para lidar com o sistema financeiro globalizado. 2017, 123 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/disserta%C3%A7%C3%B5es/2017/Fernando%20Amorim%20Teixeira.pdf. Acesso em: 08 maio. 2023.

TOZI, F. **As privatizações e a viabilização do território como recurso**. 2005, 207 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/333773. Acesso em: 08 maio. 2023.

Informações sobre a Licença
Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

License Information
This is an open access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which allows for unrestricted use, distribution and reproduction in any medium, as long as the original work is properly cited.